

CIDADANIA
E VIOLÊNCIA

ANÁLISE

Portugal em guerra cultural

Um choque de ressentimentos está a gerar uma luta radicalizada sobre polícia, ensino ou racismo. O Chega está sempre num dos extremos, a puxar pelo PSD

Texto VÍTOR MATOS

O mundo hoje divide-se cada vez mais em dois hemisférios, que lutam ferozmente no espaço público em resposta a perguntas como estas. O polícia que matou Odair fé-lo por impulso racista ou agiu em legítima defesa perante um “bandido”? Os polícias devem ser condecorados por atirarem a matar ou defender isto em público é crime? Aqueles que incendiam autocarros na rua são vítimas da opressão ou “terroristas urbanos”? As aulas de Cidadania estão amarradas a “projetos ideológicos” ou ensinam a tolerância perante a diferença? A família tradicional está à beira da destruição ou as famílias são cada vez mais de vários tipos? E a imigração está de facto “descontrolada” ou receber estrangeiros é positivo e necessário? Já agora, o colonialismo português — que deu tantos “mundos ao mundo” — foi assim tão positivo ou pode-se dizer que os povos colonizados têm direito a reparações sem que haja uma acusação de traição à Pátria?

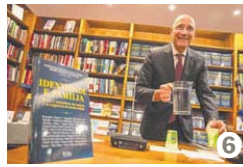
Nos últimos meses, o debate sobre cada um destes temas provocou um choque frontal de narrativas entre as visões mais conservadoras ou mais progressistas da sociedade, com posições radicalizadas, e o centro puxado para os extremos na centrifugadora dos populismos. Embora nem sempre esteja sozinho, numa das pontas está permanentemente o Chega e a voz de André Ventura e o resto define-se por adesão ou rejeição.

A agitação das últimas semanas começou a partir de duas polémicas para convergir na mesma tendência: primeiro, a discussão sobre a alegada contaminação ideológica dos conteúdos sexuais na disciplina de Cidadania, verbalizada por Luís Montenegro

no Congresso do PSD; depois, com a polarização em torno da tragédia de Odair Moniz, o cidadão morto por um polícia nos subúrbios de Lisboa. Em comum, os debates sobre estes temas acentuam o desenvolvimento das chamadas guerras culturais em Portugal, como as que estão a dividir profundamente outras sociedades ocidentais e que radicalizam a política quotidiana.

A ascensão dos populismos como reação ao progressismo e ao politicamente correto das elites — e a um certo wokismo de uma minoria urbana ainda a milhas de outros países — são fatores na base desse choque. João Ferreira Dias, investigador no ISCTE, que está a acabar uma tese de doutoramento sobre as guerras culturais em Portugal e os direitos fundamentais, constata que as batalhas pela supremacia da narrativa estão em curso, “sem dúvida”, mas “com uma intensidade mais baixa do que nos Estados Unidos ou no Brasil”. Filipe Carreira da Silva, do Instituto de Ciências Sociais (ICS) e professor em Cambridge, concorda e acrescenta o fator Ventura: “Não é comparável com o grau de violência e de conflitualidade de Inglaterra, França ou Estados Unidos”, mas acentuou-se nos últimos 10 anos: “Com o crescimento

ESTE ANO VÁRIOS ASSUNTOS GERARAM BATALHAS IDEOLÓGICAS ENTRE PROGRESSISTAS E CONSERVADORES



1 e 2 Autocarro incendiado e paragem destruída nos subúrbios de Lisboa, na sequência da morte de Odaír Moniz, alvejado pela polícia
3 e 4 Atuação policial nos subúrbios nos últimos dias
5 e 6 Manifestações de teor oposto em Lisboa no último fim de semana, em homenagem a Odaír e em defesa da polícia
7 Apresentação do livro "Identidade e Família", pelo antigo primeiro-ministro Passos Coelho
8 Funeral de Odaír Moniz



eleitoral do Chega, a sociedade foi influenciada na maneira de olhar para estas questões, porque não somos mais racistas nem aumentou a violência, mas as pessoas agora reagem mais do que há uma década."

Luta de ressentimentos

O ressentimento é o combustível primordial para as posições se extremarem. No livro "Cultural Backlash" (Cambridge, 2019), que estuda as guerras culturais nos Estados Unidos e na Europa, Pippa Norris e Ronald Inglehart explicam como estes processos se desenvolveram: "As ameaças crescentes às normas tradicionais geram sensações de ressentimento, de zanga e de perda — especialmente naqueles com uma predisposição autoritária, que enfatizam a conformidade social e a intolerância em relação aos grupos externos", sejam imigrantes, homossexuais, pessoas racializadas ou outros. Depois, "estes sentimentos tendem a tornar estes grupos suscetíveis a apelos de lideranças racistas, sexistas ou nativistas". Como líderes, aqueles cujo modelo Ventura segue: Trump, Bolsonaro ou Orbán.

João Ferreira Dias explica que as guerras culturais são tão antigas como a Revolta da Maria da Fonte, em 1846 — que começou contra a proibição de enterrar os mortos nas igrejas —, ou o caso Rosa Calmon, a filha do cônsul do Brasil no Porto que em 1899 inflamou a opinião pública portuguesa por querer seguir uma vida religiosa contra o anticlericalismo da família. E que opôs, mais uma vez, progressistas e conservadores.

"Na base de tudo", diz o investigador, está esse "ressentimento". Antes de mais, "o ressentimento de grupos históricos minoritários que foram

constrangidos e oprimidos" ao longo dos tempos, sejam mulheres, homossexuais, pessoas racializadas ou povos colonizados. Do outro lado estão "os ressentidos, quando sentem que a identidade da maioria fica em causa", assinala. "Quando alguém diz que o nosso colonialismo não foi benemérito, isto pode criar dois tipos de reação: ou vamos entender isso, porque estamos no quadro de uma democracia liberal, ou vamos ter a reação de que isto é marxismo cultural ou wokismo."

Quando o passado colonial está em causa, os rancores emergem. Um par de anos depois da polémica sobre se Marcelino da Mata — ex-comando negro e o mais condecorado militar português — foi um herói ou um criminoso de guerra, o Chega lançou uma campanha contra o Presidente da República por Marcelo Rebelo de Sousa ter falado na hipótese de o Estado proceder a reparações históricas às ex-colónias. André Ventura quis mover um processo ao Presidente por traição à Pátria, impulsionando a narrativa de que a história de Portugal não pode ser posta em causa, lançando mais um debate sobre a memória e o colonialismo. Do outro lado, associações de afrodescendentes, professores e até o Conselho da Europa defendem uma mudança no ensino dos Descobrimentos e na

forma como os povos originários são apresentados, sobretudo na questão da escravatura.

"Estão em confronto duas visões", aponta João Ferreira Dias. "Há uma visão centrada na maioria, monista e conservadora, marcada por valores comuns. E do lado oposto uma visão minoritarista, em que as identidades grupais devem ser a base da democracia e das políticas públicas." Estas guerras culturais, continua o investigador, "são duas grandes narrativas, que podem ser perigosas para a democracia. Se levarmos o wokismo ao extremo, colocamos em causa a democracia liberal como a conhecemos", mas essa é uma tendência "residual em Portugal". Do outro lado da moeda está "esse ressentimento maioritário, mais estabelecido, mas que também pode ser perigoso, na medida que tem maior capacidade de penetração social".

O combate dos livros

Só este ano vários assuntos geraram verdadeiras batalhas ideológicas entre progressistas e conservadores, como as que se travaram em abril, quando um grupo de conservadores, muitos deles católicos, lançou o livro "Identidade e Família", com palco mediático assegurado pela apresentação de Pedro Passos Coelho, que assinalou uma alegada "sovietização" do ensino público. Os textos foram apresentados como um manifesto contra a "destruição da família" tradicional e a "ideologia de género", o aborto, a eutanásia ou a legislação que facilita o divórcio. O catedrático de Direito Paulo Otero quis mesmo lançar uma proposta para criar um estatuto legal e fiscal para a "mulher dona de casa", por estas alegadamente serem "mais propensas" a isso, uma vez que realizam "atividades

instituições", ou que "a maternidade é reservada às mulheres".

A resposta da esquerda e dos sectores mais liberais chegou rapidamente sob a forma de outros dois livros: "Manifesto pelas Identidades e Famílias", do ex-ministro da Educação do PS João Costa, que escreveu contra essa "tentativa de imposição de uma conceção moral" à sociedade e a pensar nos que "temem a liberdade e a diversidade"; o segundo foi a obra "Reflexões sobre a Liberdade — Identidades e Famílias", que juntou 20 ensaios de personalidades que vão da Iniciativa Liberal e do PSD ao Bloco de Esquerda, coordenados pela deputada do Bloco Joana Mortágua, pela comentadora Maria Castelo Branco e pela professora de Economia Susana Peralta.

A propósito do recente Congresso do PSD, o investigador do ICS Filipe Carreira da Silva diz que bastou Luís Montenegro "tocar na questão da disciplina de Cidadania para o Congresso se levantar. As pessoas não reagiram a outras coisas, mas reagiram a isto". A referência subliminar à identidade de género explicada às crianças foi o momento mais aplaudido do Congresso, o que se assemelha às reações nos congressos do Chega. Segundo o livro "Cultural Backlash", "vários académicos sugerem que a direita radical e po-

pulista aumenta a preocupação pública sobre as relações raciais, as políticas de imigração, a reforma do Estado social e a lei e ordem, empurrando os partidos moderados para a extrema-direita". E o PSD tem, em vários momentos, tentado dar resposta a essas preocupações, como na imigração e na segurança.

Se os campos já estavam extremados, ficaram ainda mais com as reações à morte de Odaír Moniz. Gerou-se uma onda de distúrbios nos arredores da capital que os portugueses só estavam habituados a ver no estrangeiro, pela televisão. O Chega propôs equiparar os autores de motins a "terroristas urbanos" e convocou uma manifestação a favor da polícia. O movimento Vida Justa, de esquerda, organizou outra manifestação em homenagem a Odaír, a vítima. As duas ao mesmo tempo, mas em percursos diferentes. E não houve violência.

Houve, contudo, uma violência de palavras inédita. Pedro Pinto, deputado e líder parlamentar do Chega, disse que "se a polícia atrasasse mais a matar, o país estava em ordem". André Ventura pediu uma condecoração para o agente e não a constituição como arguido. Um assessor do Chega louvou a morte do cabo-verdiano, por ser "menos um criminoso... menos um eleitor do Bloco". Do outro lado, cerca de 100 mil pessoas indignadas assinaram uma petição para o Ministério Público investigar as declarações de André Ventura e de Pedro Pinto por crime de incitamento ao ódio ou apologia da discriminação.

A guerra das narrativas ainda não é tão intensa como noutros países. Mas ainda esta semana uma sondagem do Centro de Estudos da Católica para o "Público" e a RTP mantinha o Chega nos 18% em legislativas. A política de choque parece que veio para ficar.

vmatos@expresso.impressao.pt

HÁ UMA TENSÃO ENTRE "UM CONSERVADORISMO MAIS RADICALIZADO E UM PROGRESSISMO MUITO ELÁSTICO"

A DIREITA POPULISTA AUMENTA A PREOCUPAÇÃO PÚBLICA SOBRE AS RELAÇÕES RACIAIS E A LEI E ORDEM